

TERMOS DE REFERÊNCIA

Consultoria para Avaliação Final do Projeto PROPAZ

por parte de **CISP - Sviluppo dei Popoli**, no âmbito do **Projecto Pro-Paz – Cultura para a promoção da paz, reconciliação e coesão social, cofinanciado pela União Europeia**

1. Informações Gerais

- **Título da oportunidade:** Consultor(a) – Avaliação Final PROPAZ
- **Reporta a:** Equipa de Coordenação do CISP Moçambique
- **Projeto:** PROPAZ
- **Localização:** Manica, Sofala, Tete e Maputo, Moçambique
- **Duração:** 50 dias úteis máximo.

2. Contexto

O CISP (*Sviluppo dei Popoli*) é uma organização italiana, com sede em Roma, que opera em África, Médio Oriente, América Latina e Europa. O CISP trabalha nas áreas de desenvolvimento, assistência humanitária, construção da paz, proteção e coesão social, com forte enfoque em abordagens participativas, baseadas em direitos e lideradas pelas comunidades.

O Projeto Pro-Paz – Cultura para a Promoção da Paz, Reconciliação e Coesão Social é implementado pelo CISP, IMD, IVERCA e LeMuSiCa, tem o objetivo de contribuir para a consolidação da paz em Moçambique, promovendo processos de reconciliação, diálogo comunitário e coesão social, através de abordagens culturais, artísticas e participativas.

O projeto atua junto de organizações da sociedade civil, líderes comunitários, jovens, mulheres, ex-combatentes e comunidades afetadas por conflitos, nas províncias de Sofala, Manica e Tete, Moçambique, fortalecendo capacidades locais e criando espaços inclusivos de participação e expressão.

Apresentamos a baixo o resumo do projecto:

Título do projecto	ProPAZ – Cultura para promoção da PAZ, Reconciliação e Coesão Social
Localização da acção	Moçambique, com particular atenção às províncias de Maputo, Tete, Manica e Sofala
Duração da acção	07/12/2022 – 06/09/2026
Parceiros de Implementação	• CISP – Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli; • AIMD – Associação Instituto Moçambicano Para Democracia Multipartidária; • Associação LeMuSiCa - Levante-se Mulher e Siga ao Seu Caminho; • Associação IVERCA - Turismo, Cultura e Meio Ambiente.
Grupos alvo	• Plataformas da sociedade civil e Organizações da Sociedade Civil; • Artistas, jovens e membros das associações culturais;

	• Mulheres, incluindo ex-combatentes, mulheres em famílias de ex-combatentes; • Líderes (religiosos, comunitários e secretários de bairros); • Escolas e professores; • Membros das comunidades mais afectadas pelo conflito e que acolhem ex-combatentes.
Área de intervenção	O projecto possui uma abrangência nacional, com intervenção prioritária nas províncias de Centro – Manica, Sofala e Tete, nos seguintes distritos: Manica - Distritos prioritários: Barue, Gondola, Mossurize, Sussundenga - Distrito Estratégico: Chimoio - Outros Distritos: Guro, Machaze, Macossa, Manica e Tambara Sofala Distritos Prioritários: Cheringoma, Chibabava, Dondo, Gorongosa, Nhamatanda Distrito Estratégico: Beira Outros Distritos: Chemba e Maringué Tete Distritos prioritários: Doa, Moatize, Tete Cidade e Tsangano
Cadeia de resultados	Impacto: Contribuir para a consolidação da Paz em Moçambique, promovendo uma iniciativa de Reconciliação Nacional baseada em atividades culturais e na participação ativa da sociedade civil, dos grupos mais vulneráveis e das comunidades mais afetadas pelo conflito. Resultado 1: Estabelecer uma abordagem coordenada e uma metodologia comum para uma iniciativa de reconciliação nacional, a implementar através de atividades culturais e desportivas. Realização 1.1 Desenvolvida e disseminada uma metodologia comum de reconciliação nacional, que leve em conta o papel da arte, cultura e desporto para a construção de uma paz duradoura Realização 1.2 Elaborado um programa de iniciativas culturais e desportivas e realizadas pelo menos 18 iniciativas culturais e artísticas (em nível nacional e provincial) para a promoção do diálogo, da inclusão social, da paz e da reconciliação nacional. Realização 1.3 Realizadas iniciativas culturais, artísticas e desportivas para a educação à tolerância e à convivência pacífica em 20 Escolas. Resultado 2: Criar espaços seguros e inclusivos para um diálogo comunitário sobre a reconciliação. Realização 2.1 Realizadas 22 iniciativas da sociedade civil enquanto espaços de promoção de diálogos e atividades de prevenção e transformação de conflitos. Realização 2.2 Promovidos 24 grupos de diálogos liderados pela comunidade (Community-led Dialogue) para questionar e transformar normas sociais (Social Norms) prejudiciais relacionadas a desigualdade e violência baseada no género (GBV). Realização 2.3 Construídos e reforçados espaços seguros em que raparigas e mulheres possam encontrar-se, refletir, questionar os papais de género ligados à

	violência e à guerra e ser apoiadas em processos de empoderamento psicossocial e econômico. Resultado 3: Apoiar as organizações e plataformas da sociedade civil ativas no domínio da paz para melhor representarem os seus membros e se envolverem em atividades de prevenção e transformação dos conflitos. Realização 3.1 Criadas, registadas e capacitadas pelo menos 4 organizações nas comunidades que acolhem ex-combatentes, mulheres ex-combatentes e vítimas da guerra, com o objetivo de facilitar a sua rápida integração Realização 3.2 Reforçadas 5 plataformas da sociedade civil e 60 OSC no âmbito da gestão dos conflitos, construção da paz, prevenção da violência, e participação ao processo de paz e reconciliação ao nível nacional e local Realização 3.3 Estabelecido um Fórum Nacional para a Paz e Reconciliação, enquanto plataforma independente de diálogo e ação, reunindo todas as partes interessadas.
--	---

No âmbito deste enquadramento, o CISP pretende contratar um(a) consultor(a) especializado(a) para realizar a Avaliação Final do projeto para analisar a relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade das atividades, com especial atenção às metodologias participativas e ao uso da cultura como ferramenta de paz.

3. Objetivo da Consultoria

O CISP está a procurar um(os) consultor(es) com o seguinte objetivo: verificar a pertinência da estratégia proposta/implementada em relação aos problemas identificados, a coerência da ação implementada com os objetivos e resultados definidos, a eficácia e eficiência da ação, o impacto e a sustentabilidade do projeto no longo prazo, fornecendo recomendações estratégicas para futuras iniciativas de paz e cultura em Moçambique.

Objetivos específicos:

- Avaliar a relevância, coerência, eficácia e eficiência do projeto, os resultados alcançados até agora e a sustentabilidade da ação.
- Analisar, com base em dados recolhidos durante a implementação do projeto e dados coletados diretamente no campo pelo consultor/a, o impacto principal do projeto em reconciliação, coesão social e apoio às populações alvo.
- Identificar boas práticas, lições aprendidas e desafios que surgiram do projeto, e propor práticas que possam ser ampliadas na programação futura.,
- Produzir recomendações práticas para replicação e sustentabilidade.

4. Abordagem e Metodologia esperada

O consultor será responsável pelo desenvolvimento de uma abordagem mista abrangente, bem como de um plano de trabalho detalhado para a entrega dos produtos da Avaliação Final.

Garantir uma análise abrangente e participativa que permita medir os resultados, impactos e sustentabilidade das ações do PROPAZ, comparando-os com os indicadores, a linha de base e com os objetivos estratégicos do projeto.

A consultoria será realizada por meio de análise de documentos e revisão/estudo documental, missões de campo para coleta de dados, discussões participativas, reuniões consultivas e briefings regulares, tanto no campo quanto remotamente (para equipes técnicas não sediadas em campo). A divisão entre missões de campo e trabalho remoto dependerá da natureza das atividades e da situação indicada na proposta técnica (que pode mudar devido a eventos de força maior).

5. Âmbito dos Serviços, Produtos Esperados e Cronograma

A consultoria será realizada nas províncias de Manica, Sofala, Tete e Maputo, Moçambique, com a duração máxima de 50 dias.

A estratégia de avaliação deve corresponder ao contexto operacional do projeto, às necessidades de aprendizagem e operacionais. A avaliação deve ser guiada por abordagens e teorias bem conhecidas, com os objetivos de:

- a) Medir o desempenho do projeto de acordo com os critérios DAC (Relevância, Coerência, Eficácia, Eficiência, Impacto e Sustentabilidade) e
- b) Identificar as melhores e promissoras práticas para replicação, divulgação e ações de advocacy.

As perguntas-chave (seguindo os critérios do DAC) que devem ser respondidas pelas avaliações incluem o seguinte, divididas em categorias de análise:

Critérios de avaliação	Perguntas de Avaliação Obrigatória
Relevância	1. Em que medida a estratégia e as atividades do projeto foram implementadas? 2. Em que medida os resultados alcançados (objetivo, resultados e produções do projeto) continuam a ser relevantes para as necessidades dos beneficiários-alvo?
Coerência	1. Como resulta a compatibilidade do projeto com outras intervenções na mesma área e com intervenções de outros atores no mesmo contexto.
Eficácia	1. Até que ponto foram alcançados os objetivos, resultados e produções pretendidos do projeto e como? 2. Em que medida o projeto alcançou os beneficiários-alvo nos níveis de meta e resultado do projeto?

	3. Em que medida este projeto gerou mudanças positivas (ou negativas) na vida dos beneficiários visados (e não visados) e da população. Por favor, descreva essas mudanças. 4. Quais fatores internos e externos contribuíram para a realização e/ou não realização dos objetivos, resultados e produções pretendidos do projeto? Como?
Eficiência	1. Quão eficiente e <i>timely</i> este projeto foi implementado e gerido de acordo com o Documento do Projeto? Especificamente, os recursos foram bem utilizados e as estratégias para a implementação foram adequadas?
Impacto	1. Quais são as consequências não intencionais (positivas e negativas) resultantes do projeto?
Sustentabilidade	1. Como os resultados alcançados, especialmente as mudanças/modelos positivos gerados pelo projeto, serão mantidos após o término deste?
Knowledge Generation (Geração de conhecimentos)	1. Quais são as principais lições aprendidas que podem ser compartilhadas com outros profissionais e partes interessada? 2. Existem práticas promissoras? Se sim, quais são e como essas práticas promissoras podem ser replicadas em outros projetos? 3. Quais prioridades pendentes de advocacy e implementação ainda exigem ação e comprometimento das organizações da sociedade civil e das partes interessadas?

Atividades esperadas

Revisão documental e desenvolvimento de ferramentas de colecta de dados. Este trabalho será realizado em colaboração com a equipa de projeto ProPaz.

Trabalho preparatório: relatório inicial/ reuniões com equipas/ redação do plano/ metodologia e preparação de missão de campo, indicando, inclusive, os distritos/localidades onde será realizada a missão de campo nas províncias de Manica, Sofala e Tete.

Trabalho de Campo, Incluindo Workshop e encontros com parceiros e beneficiários

Apresentação do relatório (Draft e Final)

6. Entregáveis esperados

- Relatório inicial com plano metodológico e ferramentas de coleta de dados.
- Relatório preliminar com dados recolhidos e análise inicial.
- Workshop de validação com pessoal de projeto e parceiros (virtual ou presencial).
- Relatório final consolidado (máx. 40 páginas, excluindo anexos), incluindo:
 - Resumo executivo (2 páginas).
 - Introdução e objetivos da avaliação.
 - Metodologia e limitações.
 - Principais conclusões.
 - Recomendações práticas e estratégicas.
 - Anexos (instrumentos de recolha, listas de entrevistados, cronograma, bibliografia).

7. Perfil e Qualificações Requeridas

Experiência profissional:

1. Ampla experiência (pelo menos 5 anos) na avaliação de projetos co-financiados pela União Europeia.
2. Ampla experiência na avaliação de projetos nos âmbitos de promoção de paz e reconciliação, direitos humanos, desenvolvimento comunitário, GBV, coesão social, apoio a sociedade civil, ou similares.
3. Domínio de abordagens conceituais e operacionais para avaliação de políticas e programas de resolução de conflitos, paz, reconciliação e coesão social, ou similares;
4. Experiência e conhecimento de análise de género e abordagens participativas;
5. Fluência em Português. Conhecimento das línguas locais moçambicanas na região de Tete, Manica e Sofala e de Inglês falado e escrito são uma mais valia.
6. Capacidade de avaliar princípios éticos, de *do no harm* e abordagens sensíveis ao trauma em metodologias participativas.

8. Prazo da consultoria

Espera-se que a missão de consultoria demore no máximo 50 dias (a acordar pelas partes), sendo dada preferência a um prestador de serviços que possa otimizar o calendário para reduzir o número total de dias, encontrando sinergias entre os parceiros.

Antes de iniciar as tarefas, o Prestador de Serviços deve desenvolver e compartilhar planos com o CISP, que coordenará o feedback dos parceiros e das principais partes interessadas, para quaisquer comentários/contribuições, a fim de validar e autorizar o plano.

9. Condições Logísticas e Financeiras

Responsabilidades da Consultoria:

- A consultoria será responsável pela logística geral relacionada à missão de avaliação, incluindo:
 - Transporte aéreo nacional e internacional (aviões e conexões externas).
 - Alimentação durante o período da missão.
 - Pagamento de alojamento.
- Materiais.

Responsabilidades do Projeto PROPAZ):

- O projeto assegurará a logística no campo, incluindo:
 - Disponibilização de transporte para deslocações aos distritos de intervenção do projeto nas províncias alvo.

O(a) consultor(a) será responsável por quaisquer despesas pessoais adicionais incorridas durante a sua estadia.

10. Critérios de adjudicação do contrato

O contrato será adjudicado com base no seguinte processo de avaliação, por ordem cronológica:

1. Avaliação Preliminar: As candidaturas serão avaliadas de acordo com as instruções da candidatura (ver abaixo, capítulo 11 "Candidatura"). O não cumprimento ou a falta de cumprimento de qualquer um dos requisitos mínimos resultará na desqualificação automática da candidatura. Os candidatos que cumprirem todos os requisitos mínimos passarão à fase de avaliação técnica.

2. Avaliação Técnica: As aplicações que passarem na avaliação preliminar serão avaliadas em sua Proposta Técnica. Apenas as candidaturas que obtiverem uma pontuação de 30 em 50 ou superior na Avaliação Técnica serão encaminhadas para a Avaliação Financeira.

3. Avaliação Financeira: As candidaturas que passarem à fase de Avaliação Técnica serão avaliadas na sua Proposta Financeira em relação às instruções da candidatura. O não cumprimento ou a falta de cumprimento de qualquer um dos requisitos mínimos para a Proposta Financeira resultará na desqualificação automática da candidatura. A soma da pontuação de Avaliação Técnica e Financeira resultará na adjudicação do contrato. Em caso de igual pontuação será elegida a proposta com orçamento menor.

1. Avaliação preliminar		
	Sim/Não	Comentários
Curriculum vitae de consultor/es envolvidos na prestação do serviço é incluído na candidatura		
A Proposta Técnica é presente e coerente com os requerimentos incluído no ponto 11. Candidatura		
A proposta financeira é presente e coerente com os requerimentos incluído no ponto 11. Candidatura		
Conhecimento da língua portuguesa		

2. Avaliação Técnica		
	Maximum Score	Comments
Aderência às especificações do TOR: uma compreensão clara dos resultados exigidos e uma abordagem proposta robusta e apropriada.	10	
Conformidade com o tempo previsto e otimização demonstrada do plano de trabalho/número total de dias.	10	
Experiência suficiente para realizar todos os aspetos da tarefa e entregar os serviços.	10	
Experiência anterior de trabalho de alta qualidade semelhante no contexto de moçambique/ou equivalente.	10	
Boa comunicação, habilidades de escrita e proficiência linguística.	10	

3. Avaliação financeira		
	Maximum Score	Comments
A proposta financeira considera adequadamente todos os custos necessários para prestar os serviços e alcançar os objetivos deste TOR.	10	
Os custos são adequados ao desempenho exigido.	10	

11. Candidatura

O convidado interessado e qualificado é convidado a responder ao convite para submissão de Propostas, tendo por assunto do email “**Consultoria Avaliação Final PROPAZ**” até ao final do expediente **do dia 15 de Junho de 2026**.

A candidatura deve incluir obrigatoriamente os seguintes documentos:

- Curriculum Vitae (máximo de 3 páginas), incluindo três referências;
- Proposta técnica (máximo 5 páginas) incluindo:
 - b. Perfil do prestador de serviços com ênfase especial em experiências anteriores relevantes;
 - c. Descrição da abordagem proposta com justificativas claras, compreensão do TOR e das tarefas a serem realizadas;
 - d. Proposta de Cronograma com detalhes e datas reais para a realização.
- Proposta financeira (máximo 3 páginas);

Apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados.

Para mais informações sobre a CISP, visite: www.cisp-ngo.org.

Política de Salvaguarda e Igualdade: O CISP promove a igualdade de oportunidades e incentiva candidaturas de profissionais qualificados, independentemente de género, etnia, religião ou origem. A organização adota uma política de tolerância zero em relação ao abuso infantil, exploração e abuso sexual e assédio sexual. Qualquer evidência de envolvimento em tais práticas implicará a exclusão do processo de seleção.